

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA E DO COMITÊ ESPECIAL TRIPARTITE (CET) DO PROGRAMA ESPECIAL DE SAÚDE DO RIO DOCE

Data: 08 de julho de 2025

Horário: Início às 09h30

Local: Ministério da Saúde – Ed. Sede 9ª andar Sala Síntese Auxiliar e Microsoft teams

Participantes:

Antonio Leonel da Silva Cunha - SEIDIGI/MS

Claudio Luiz de França Neto - SAPS/MS

Eduardo Campos Prosdocimi - SES-MG

Elenilsom Silva de Souza - Conselho Nacional de Saúde

Fellipe Antônio Andrade Chaves - SES-MG

Fernando Gustavo da Vitoria - Representante dos Municípios do ES

Gabriela Maciel dos reis - PES Rio Doce

Kleber Rangel Silva - PES Rio Doce/MS

Leany Gomes Monteiro - SES-MG

Luísa Filizzola Costa Lima - SES-MG

Marcelio Teixeira da Costa – Representante dos Municípios de MG

Orlei Amaral Cardoso - SESA-ES

Poliana Cardoso Lopes - SES-MG

Roberto da Costa Laperriere Junior - SESA-ES

Sérgio Rossi Ribeiro - PES Rio Doce/MS

Thabata Santiago G. Coitinho - PES Rio Doce/MS

Thiago Ferraz Silveira Gato - CIMVALPI/CORIDOCE

Tiago de Brito Magalhães - PESRD/MS

Vinícius Eduardo Belo Rodrigues - SES-MG

1. Abertura da Reunião

A reunião foi iniciada por Sérgio Rossi Ribeiro, coordenador do Programa Especial de Saúde do Rio Doce pelo Ministério da Saúde, com atraso justificado devido ao recadastramento biométrico obrigatório no prédio.

Confirmado o quórum para deliberação, foi realizada breve rodada de apresentações dos participantes, com destaque para representações do Ministério da Saúde, estados, municípios e áreas técnicas.

Sérgio Rossi Ribeiro abriu a reunião agradecendo a presença de todos e todas à 3ª Reunião Extraordinária Conjunta, da Câmara Técnica e do Comitê Especial Tripartite, conforme pactuado na 3ª Reunião Ordinária do CET, realizada em 26 de junho de 2025.

Foi reforçada a importância do preenchimento da lista de presença via link ou QR Code, uma vez que se observou muitas ausências de registros na última reunião, mesmo de algumas pessoas que alegaram ter preenchido.

2. Contextualização da Reunião

- A realização da presente reunião decorre de pactuação ocorrida na 3ª Reunião Ordinária do CET (26/06/2025).
- A reunião ordinária da Câmara Técnica prevista para 07/07 foi cancelada em razão de solicitação da SES/MG para dilação do prazo de avaliação dos Planos de Ação Municipais.

3. Nova Proposta de Cronograma

O MS apresentou e submeteu à deliberação a seguinte proposta de cronograma para análise dos Planos de Ação:

Etapa	Período	Observações
Início da avaliação técnica	A partir de 04/07	Avaliação já iniciada pelos grupos de trabalho
Conclusão da análise quantitativa	Até 11/07	Com base nas diretrizes pactuadas em 30/06
Reuniões com municípios para ajustes	14 a 21/07	Apenas ajustes técnicos; sem alteração de valores
Reenvio dos planos ajustados + notas técnicas	21 a 25/07	Para inserção na pauta do CET
Reunião Ordinária do CET	31/07	Deliberação final dos PAEs

E também atualizou os demais participantes sobre o envio dos planos de ação, trazendo a informação de que dois municípios enviaram planos em desacordo com os requisitos: um sem assinaturas; outro fora do padrão da plataforma.

Considerações dos Membros

Poliana Cardoso Lopes (SES/MG) agradeceu o acolhimento do pedido de prorrogação, apontou erros relevantes em diversos planos de ação, inclusive de valores, e esclareceu que o cronograma pactuado não se aplica ao Plano de Ação Estadual, para o qual foi enviado ofício com proposta específica (07/07).

Orlei Cardoso (SESA-ES) manifestou preocupação com o curto prazo para ajustes, entre 14 e 21/07.

Roberto Laperriere (SSVS/SESA-ES) destacou os 6 municípios do ES que não entregaram os planos até o momento (apenas 5 de 11 entregaram), e lembrou que o CET autorizou prazo até 01/08 para esses casos.

Marcélio Costa (representante dos municípios MG) questionou a possibilidade de contato com gestores municipais responsáveis por planos com erros identificados.

Sérgio Rossi (MS) destacou que o contato com os gestores é uma boa estratégia, e reforçou que acredita que o cronograma apresentado é exequível com apoio técnico aos municípios. Além disso, destacou que os apontamentos, em sua maioria, não são complexos. Destacou, ainda, que para os 6 municípios pendentes do Espírito Santo será pactuado um cronograma próprio.

Marcélio Costa (representante dos municípios MG) sugeriu iniciar contato informal com os municípios, o que foi acatado.

Marilene (Mariana/MG) expressou preocupação com a lentidão do processo e defendeu agilidade, destacando os 10 anos do desastre. Colocou o município de Mariana/MG à disposição para apoiar o processo.

Houve concordância geral com a urgência e relevância da liberação dos recursos para os territórios atingidos.

Encaminhamentos

1. Aprovação do cronograma para os 29 planos de ação já entregues.
2. Reunião extraordinária para definir o cronograma dos 6 municípios pendentes do ES.
3. Contatos informais autorizados, mantendo institucionalidade nas etapas formais.
4. MS elaborará resposta formal ao ofício da SES/MG sobre o Plano de Ação Estadual.

8. Validação dos recursos destinados aos municípios

O representante do Ministério da Saúde iniciou a apresentação da proposta dos recursos a serem destinados aos municípios, reforçando o envio da Planilha com a Projeção do Orçamento do Anexo 8, em 07/05/2025, ainda sem retorno ou manifestação dos membros.

Foi projetada uma minuta de Nota Técnica, que deverá ser avaliada pelos membros para deliberação futura. A minuta de nota técnica valida os valores previstos na planilha enviada aos membros em 07/05/2025, a serem repassadas aos municípios nos anos de 2025 e 2026.

Eduardo Campos Prosdocimi (SES-MG) questionou se os valores apresentados se referiam apenas aos valores imediatos destinados aos municípios.

O representante do Ministério da Saúde confirmou que sim.

Fellipe Antônio Andrade Chaves (SES/MG) justificou a demora em apresentar manifestação em razão das equipes estarem ainda trabalhando num entendimento sobre os recursos, e informou que o estado irá encaminhar um ofício trazendo alguns apontamentos a respeito. Informou terem identificado erro na integralização do Fundo Perpétuo, mas também nos valores dos municípios.

Luísa Filizzola Costa Lima (SES/MG) explicou que o erro resulta em um aporte maior aos recursos imediatos em detrimento do Fundo Perpétuo, comprometendo a integralização e podendo ter impacto nos valores destinados aos municípios.

Sergio Rossi Ribeiro (MS) manifestou não compreender onde estaria o erro. Reforçou que essa proposta já havia sido apresentada há bastante tempo e somente agora veio essa sinalização de eventual erro e que a construção dos Planos de Ação dos Municípios foi feita com base nesses valores, pactuados na governança. Ressaltou que uma mudança, a partir de uma informação trazida somente agora, causa muita preocupação. Por fim, solicitou que o referido ofício fosse enviado o mais breve possível.

Luísa Filizzola Costa Lima (SES/MG) manifestou que a posição de Minas Gerais será melhor explicada no referido ofício, mas que não tem condições, neste momento, de afirmar se o impacto é diretamente nos municípios.

Sérgio Rossi Ribeiro (MS) reforçou que o envio da planilha foi realizado em 07/05/2025. Que a proposta dos valores para os municípios já havia sido pactuada na Governança

Marilene Romão Gonçalves, representante dos municípios de Minas Gerais, expressou preocupação com a apresentação desta questão somente agora e o receio do impacto que isto pode causar nos Planos já aprovados pela Governança. Ressaltou preocupação anterior com a solicitação de Minas Gerais na postergação da aprovação dos Planos e agora eventual mudança nos valores.

Marcélio, representante dos municípios de Minas Gerais corroborou as preocupações expressadas por Marilene.

Poliana Lopes representante da SES-MG manifestou desconforto com as manifestações realizadas. Destacou que Minas Gerais está desconfortável com a aprovação dos Planos e a condução dos processos na Governança.

Sergio Rossi, representante do Ministério da Saúde, em resposta às considerações da representante da SES-MG, reforçou que todas as ações promovidas foram pactuadas na Governança, inclusive a convocação de reuniões. Se eventualmente a avaliação posterior é que poderia ter sido feito de outra forma, isso é algo a ser debatido, mas que todas as ações e convocações foram pactuadas.

Registrado debate sobre interpretações diferentes sobre a integralização dos recursos do Anexo 8.

Encaminhamento

Após o envio do ofício relatado por Minas Gerais, os entes se comprometeram a agendar uma reunião específica para sanar dúvidas e entendimentos a respeito da interpretação a ser seguida sobre a integralização.

9. Diretrizes para Aplicação dos Recursos pelos Municípios

Foram apresentadas duas diretrizes para aplicação dos recursos pelos municípios, prevendo um mínimo de 20% dos recursos do plano de ação em ações de investimento (obras, equipamentos etc); e pelo menos 80% em ações de atenção primária, especializada e vigilância (custeio ou investimento).

Houveram alguns esclarecimentos sobre elegibilidade de itens como sedes administrativas, que depende de consulta formal à consultoria jurídica do Ministério da Saúde.

A SES/MG destacou a necessidade de deliberação formal das diretrizes.

Encaminhamento:

- Minutas serão disponibilizadas via Teams.
- Prazo para manifestações: até 25/07/2025.
- Deliberação final: 31/07/2025.

10. Proposição de Pauta

Marcelio Costa (Resplendor/MG) propôs incluir discussão sobre distribuição dos rendimentos do fundo. E a coordenação esclareceu que 50% dos rendimentos devem ser repassados aos municípios, conforme o Apêndice 8.3.

Ficou pactuada inclusão da pauta do fundo perpétuo na reunião de 31/07, condicionada à interlocução com o BNDES.

11. Registro de Posição sobre Prazos

Roberto Laperriere (SESA/ES) registrou preocupação com o prazo (25/07) para manifestação sobre as notas técnicas, por limitações operacionais.

Poliana Lopes (SES/MG) manifestou preocupação com a simultaneidade de análise e deliberação dos planos.

Sérgio Rossi Ribeiro (MS) reforçou que os prazos foram amplamente pactuados e solicitou que, nas próximas reuniões, manifestações sejam feitas durante os pontos de pauta específicos.

12. Encaminhamentos

- Compartilhamento oficial da minuta de nota técnica sobre Diretrizes para Aplicação dos Recursos pelos Municípios para deliberação em 31/07.
- Envio do ofício da SES-MG com as questões relacionadas à integralização do Anexo 8.
- Realização de reunião extraordinária sobre a integralização dos recursos do Anexo 8 (data a definir).
- Inclusão do tema Fundo Perpétuo na pauta da próxima reunião, condicionado à interlocução prévia com o BNDES.

13. Encerramento

A coordenação agradeceu a presença de todas e todos, encerrando a reunião às 11h30 (horário de Brasília), reafirmando o compromisso com a transparência, a colaboração federativa e a reparação em saúde nos territórios atingidos pelo desastre da Bacia do Rio Doce.